

Projeto Passe Fiscal Interestadual Eletrônico



Manual de Integração - Contribuinte
Padrões Técnicos de Comunicação



Versão 1.0.4
Setembro 2007

Controle de Versões

Versão	Data
1.0.0	08/03/2007 – AL
1.0.1	20/04/2007 – AL
1.0.2	29/05/2007 – MA, RN, AL
1.0.3	31/05/2007 – AL
1.0.3.1	13/07/2007 – AL
1.0.4	26/09/2007 – AL

Índice

1.	Introdução	4
2.	Considerações Iniciais	5
2.1	Objetivos do Projeto	5
2.2	Conceito do PFI-e	5
2.3	Descrição Simplificada do Modelo Operacional	5
3.	Arquitetura de Comunicação com Contribuinte	7
3.1	Modelo Conceitual	7
3.2	Padrões Técnicos	7
3.2.1	Padrão de documento XML	8
3.2.2	Padrão de Comunicação	9
3.2.3	Padrão de Assinatura Digital	10
3.2.4	Resumo dos Padrões Técnicos	12
3.3	Modelo operacional	13
3.4	Padrão de mensagens dos Web Services	14
3.4.1	Validação da estrutura XML das Mensagens dos Web Services	15
3.4.2	Schemas XML das Mensagens dos Web Services	15
3.4.3	Liberação das versões dos Schemas para o Projeto Passe Fiscal Interestadual Eletrônico	16
3.4.4	Controle de Versão	17
4.	Web Services	18
4.1	Web Service – WSPFContribuinteAutenticado	19
4.1.1	Leiaute Mensagem de Entrada	19
4.1.2	Leiaute Mensagem de Retorno	19
4.1.3	Validação Inicial da Mensagem e do Web Service	20
4.1.4	Geração da Resposta do PFI	20
4.1.5	Validação da área de cabeçalho da mensagem	21
4.1.6	Validação da área de Dados	21
4.1.7	Final do Processamento	23
5.	Web Services – Informações Adicionais	24
5.1	Padrão de nomes para os arquivos	24
5.2	Tratamento de caracteres especiais no texto de XML	24
5.3	Chave de Acesso do PFI-e	24
6.	Código de Barra	25
7.	Impressão do PFI	27
8.	Contingência	29
9.	Ambiente de Homologação / Produção	30
	Anexo I – Leiaute do PFI-e	31
	Anexo II – Modelo de Impressão do PFI – retrato	42
	Anexo III – Web Services disponíveis	44
	Anexo IV – Projeto Piloto do PFI-e	45
	Anexo V – Tabela de código de UF do IBGE	Erro! Indicador não definido.

1. Introdução

Este documento tem por objetivo a definição das especificações e critérios técnicos necessários para a integração entre o Sistema de Controle Interestadual de Mercadorias em Trânsito (SCIMT) e os sistemas de informações das empresas emissoras de Passe Fiscal Interestadual.

Em vista da complexidade do projeto, esclarecemos aos usuários deste manual (equipes fiscal e de TI das empresas integrantes do projeto), que a legislação aprovada, conceitos e especificações contidas neste manual podem sofrer ajustes que venham a ser demandados a partir do aprofundamento das discussões e experiências adquiridas durante a fase de implantação do projeto.

2. Considerações Iniciais

O Projeto Passe Fiscal Interestadual Eletrônico (PFI-e) foi desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal e Receita Federal, a partir da assinatura do Protocolo ICMS 10/2003. O projeto está sob gestão do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT).

2.1 Objetivos do Projeto

O Projeto PFI-e tem como objetivo a emissão automática do Passe Fiscal Interestadual, diretamente do aplicativo ou sistema corporativo do contribuinte, através de um serviço disponibilizado no portal do SCIMT, permitindo assim ao Fisco o acompanhamento em tempo real das operações comerciais e do trânsito das mercadorias desde a unidade federada de origem até a unidade federada de destino.

2.2 Conceito do PFI-e

O Passe Fiscal Interestadual Eletrônico (PFI-e) é um documento gerado em uma unidade federada signatária do Protocolo 10/2003 a partir dos dados extraídos do aplicativo ou sistema do contribuinte, que visa o monitoramento de operações interestaduais de mercadorias com registro de passagens nos estados situados no percurso e efetiva baixa no estado destinatário ou no último signatário do citado Protocolo.

2.3 Descrição Simplificada do Modelo Operacional

A empresa solicitante do (PFI-e) gera um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, que corresponde à solicitação de emissão de um passe fiscal, e transmite, pela Internet via Web services, para o site do SCIMT, juntamente com as informações de autenticação registradas no sistema. O SCIMT deve efetivar uma prévia validação do arquivo antes da emissão do Passe Fiscal Interestadual e devolução do arquivo com o PFI-e gerado.

Após a geração do PFI-e, o mesmo estará disponível, no portal do SCIMT, para consulta, registros de passagem e conseqüente baixa.

A representação gráfica do Passe Fiscal Interestadual, impressa em papel comum em única via pela empresa solicitante a partir do arquivo do passe fiscal gerado devolvido pelo SCIMT, deve acobertar a circulação da mercadoria e conterá impressos, em destaque, a chave de acesso e o código de barras linear tomando-se por referência o padrão I25 (Interleaved 2 of 5), para facilitar e agilizar a consulta na Internet e os respectivos registros de passagem e baixa do PFI-e.



A validade do PFI impresso está vinculada à efetiva existência do PFI no Banco de Dados do SCIMT.

O sistema permite, ainda, a utilização de certificação digital para assinatura do arquivo enviado pelo contribuinte, e do arquivo devolvido pelo SCIMT, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor. Este procedimento é facultativo na fase atual, mas tornará-se obrigatório em fases posteriores.

3. Arquitetura de Comunicação com Contribuinte

3.1 Modelo Conceitual

O site do SCIMT irá disponibilizar os seguintes serviços, divididos em fases de implantação:

- a) Primeira fase:
 - 1) Geração de PFI-e;
- b) Fases posteriores:
 - 1) Consulta à situação cadastral no SCIMT, antes da emissão do PFI, de:
 - i. Transportadores, através do CPF ou CNPJ;
 - ii. Condutores de veículos, através do CPF;
 - iii. Veículos e reboques, através da placa.
 - 2) Cancelamento de PFI-e.

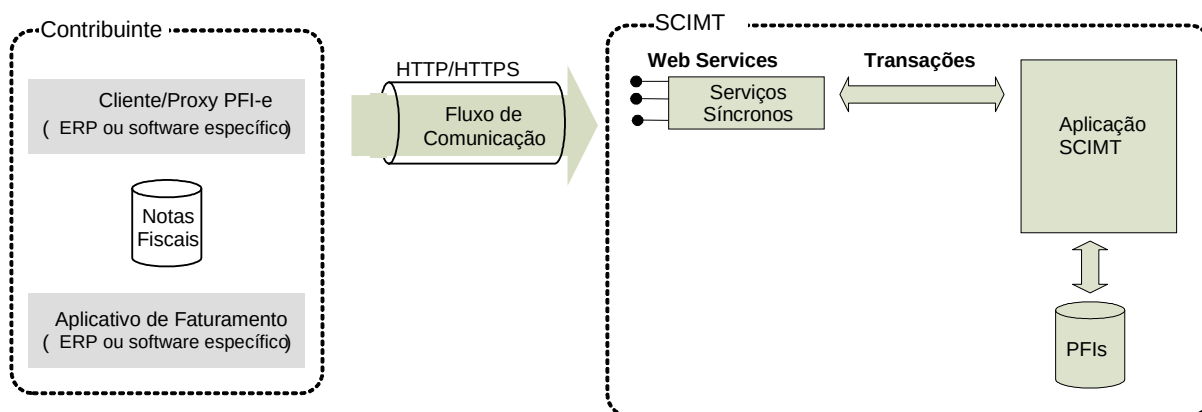
Nesta primeira fase de implantação, para acelerar o processo de integração com o contribuinte, será disponibilizado apenas o serviço de geração do PFI-e. Os demais serviços serão desenvolvidos de acordo com a necessidade e cumprimento do cronograma do projeto.

Para cada serviço oferecido existirá um Web Service específico. O fluxo de comunicação é sempre iniciado pelo aplicativo do contribuinte através do envio de uma mensagem ao Web Service com a solicitação do serviço desejado.

A solicitação de serviço será atendida na mesma conexão, ou seja, o serviço será síncrono, e o Web Service devolve uma mensagem com o resultado do processamento do serviço solicitado.

O diagrama a seguir ilustra o fluxo conceitual de comunicação entre o aplicativo do contribuinte e o Portal do SCIMT:

Arquitetura de Comunicação – Visão



3.2 Padrões Técnicos

3.2.1 Padrão de documento XML

a) Padrão de Codificação

A especificação do documento XML adotada é a recomendação W3C para XML 1.0, disponível em www.w3.org/TR/REC-xml e a codificação dos caracteres será em UTF-8, assim todos os documentos XML serão iniciados com a seguinte declaração:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
```

OBS: Lembrando que cada arquivo XML somente poderá ter uma única declaração `<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>`. Nas situações em que um documento XML pode conter outros documentos XML, deve-se tomar o cuidado para que exista uma única declaração no início do arquivo.

b) Declaração namespace

A declaração de **namespace** do PFI-e deverá ser realizada no elemento raiz de cada documento XML como segue:

```
<PFI xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/pfi"> (exemplo para o XML do PFI)
```

A utilização de prefixos de **namespace** será minimizada ou evitada. Essa restrição visa otimizar o tamanho do arquivo XML.

Assim, ao invés da declaração:

```
<PFI:PFI xmlns:PFI="http://www.portalfiscal.inf.br/pfi"> (exemplo para o XML do PFI-e e com prefixo PFI) deverá ser adotado a declaração:  
<PFI xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/pfi">
```

A declaração do **namespace** da assinatura digital deverá ser realizada na própria tag `<Signature>`, conforme exemplo abaixo. Esse campo, apesar de existir no layout do arquivo XML do PFI-e, não será obrigatório na primeira fase do projeto.

Cada documento XML do PFI-e deverá ter o seu **namespace** individual em seu elemento raiz, mesmo que o XML do PFI-e seja um elemento de outro XML. Segue abaixo um exemplo:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>  
<PFI xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/pfi" versao="1.03">  
  
  ...  
  
  <dadosNFs>  
  
    <infNFe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/nfe" Id="ID001" versao="1.07">  
      ...  
      ...  
    </infNFe>  
    <infNFe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/nfe" Id="ID001" versao="1.07">  
      ...  
      ...  
    </infNFe>
```



```
</dadosNFs>

<Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
    ...
</PFI>
```

c) Otimização na montagem do arquivo

Na geração do arquivo XML do PFI-e, excetuados os campos identificados como obrigatórios no modelo, não deverão ser incluídas as TAGs de campos com conteúdo zero (para campos tipo numérico) ou vazio (para campos tipo caractere).

A regra constante do parágrafo anterior deverá estender-se para os campos onde não há indicação de obrigatoriedade e que, no entanto, seu preenchimento torna-se obrigatório por estar condicionado à legislação específica ou ao negócio do contribuinte. Neste caso, deverá constar a TAG com o valor correspondente e, para os demais campos, deverão ser eliminadas as TAGs.

(exemplo 1: campo *NCM*. Será preenchido se a legislação específica o exigir)

(exemplo 2: SubGrupo de Informações de Combustíveis (tag *comb*). Será preenchido somente se o negócio do contribuinte for comercialização de combustíveis.)

Para reduzir o tamanho final do arquivo XML do PFI-e alguns cuidados de programação deverão ser assumidos:

- não incluir "zeros não significativos" para campos numéricos;
- não incluir "espaços" no início ou no final de campos numéricos e alfanuméricos;
- não incluir comentários no arquivo XML;
- não incluir anotação e documentação no arquivo XML (TAG annotation e TAG documentation);
- não incluir caracteres de formatação ("line-feed", "carriage return", "tab", caractere de "espaço" entre as TAGs) no arquivo XML.

3.2.2 Padrão de Comunicação

A comunicação entre o contribuinte e o SCIMT será baseada em Web Services disponibilizados no Portal do SCIMT.

O meio físico de comunicação utilizado será a Internet, com a identificação do usuário através de CPF de usuário e uma credencial (hash da senha e outras informações).

Em uma próxima fase, será implantada comunicação com o uso do protocolo SSL, que além de garantir um duto de comunicação seguro na Internet, permite a identificação do servidor e do cliente através de certificados digitais, eliminando a necessidade de identificação do usuário através de nome ou código de usuário e senha

O modelo de comunicação segue o padrão de Web Services definido pelo WS-I Basic Profile (vide item 3.2.4).

A troca de mensagens entre os Web Services do Portal do SCIMT e o aplicativo do contribuinte será realizada no padrão SOAP, com troca de mensagens XML no padrão

Style/Encoding: Document/Literal, wrapped. A opção "wrapped" representa a chamada aos métodos disponíveis com a passagem de mais de um parâmetro.

Segue abaixo um exemplo de uma mensagem dentro do SOAP:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<soap:Envelope xmlns:soap="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
xmlns:xsd="http://www.w3.org/2001/XMLSchema"
xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance" xmlns:SOAP-
ENC="http://schemas.xmlsoap.org/soap/encoding/">
<soap:Header>
<!-- XML Área de Cabeçalho -->
<Autenticacao
xmlns="http://tempuri.org/WSPFUsinasTesteAutenticado/WSPFUsinasTesteAuten
ticado"><usuario>84554541487</usuario><hash>ae79dd0526f6b29aebba4ee22c0c7
1bd</hash></Autenticacao>
</soap:Header>
<soap:Body><GeraPasse
xmlns="http://tempuri.org/WSPFUsinasTesteAutenticado/WSPFUsinasTesteAuten
ticado"><XMLEntrada> <!-- XML Área de Dados -->
  <?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?><PFI
xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/pfi"
xmlns:nfe="http://www.portalfiscal.inf.br/nfe"
xmlns:ds="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#"
xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance"
xsi:schemaLocation="http://www.portalfiscal.inf.br/pfipfi.xsd"
TLayout="PFI" versao="1.02">
<dadosEmissor><tpEmi>C</tpEmi><CPF>84554541487</CPF><UF>AL</UF><repEmi>38
0</repEmi><CNPJ>12277646000108</CNPJ><xNome>CENTRAL AÇUCAREIRA SANTO
ANTONIO S/A</xNome> </dadosEmissor> <transp><transporta><CNPJ>

...

</dadosNFs></PFI>
</XMLEntrada></GeraPasse>
</soap:Body>
</soap:Envelope>
```

3.2.3 Padrão de Assinatura Digital

As mensagens enviadas ao Portal do SCIMT são documentos eletrônicos elaborados no padrão XML e podem ser assinados digitalmente com um certificado digital que contenha o CNPJ do estabelecimento emissor do PFI ou o CNPJ do estabelecimento emissor da(s) nota(s) fiscal(is) constante(s) no passe fiscal solicitado.

O usuário poderá assinar digitalmente o arquivo XML do PFI-e, utilizando o padrão XML Signature, de forma a garantir a autenticidade, integridade e comprovação de autoria. Essa assinatura é opcional, porém, será exigida em fases posteriores.

Os elementos abaixo estão presentes dentro do Certificado do contribuinte tornando desnecessária a sua representação individualizada no arquivo XML. Portanto, o arquivo XML não deve conter os elementos:

```
<X509SubjectName>
<X509IssuerSerial>
<X509IssuerName>
```

<X509SerialNumber>
<X509SKI>

Deve-se evitar o uso das TAGs abaixo, pois as informações serão obtidas a partir do Certificado do emitente:

<KeyValue>
<RSAKeyValue>
<Modulus>
<Exponent>

O Projeto PFI-e utilizará um subconjunto do padrão de assinatura XML definido pelo <http://www.w3.org/TR/xmldsig-core/>, que tem o seguinte leiaute:

Schema XML: xmldsig-core-schema_v1.01.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
XS01	Signature	Raiz	-	-	-	-		
XS02	SignedInfo	G	XS01	-	1-1			Grupo da Informação da assinatura
XS03	CanonicalizationMethod	G	XS02	-	1-1			Grupo do Método de Canonicalização
XS04	Algorithm	A	XS03	C	1-1			Atributo Algorithm de CanonicalizationMethod: http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315
XS05	SignatureMethod	G	XS02	-	1-1			Grupo do Método de Assinatura
XS06	Algorithm	A	XS05	C	1-1			Atributo Algorithm de SignedInfo: http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1
XS07	Reference	G	XS02	-	1-1			Grupo do Método de Reference
XS08	URI	A	XS07	C	1-1			Atributo URI da tag Reference
XS09	Type	A	XS07	C	0-1			Atributo Type da tag Reference
XS10	Transforms	G	XS07	-	1-1			Grupo do algorithm de Transform
XS11	unique_Transf_Alg	RC	XS10	-	1-1			Regra para o atributo Algorithm do Transform ser único.
XS12	Transform	G	XS10	-	2-2			Grupo de Transform
XS13	Algorithm	A	XS12	C	1-1			Atributos válidos Algorithm do Transform: http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315 http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature
XS14	XPath	E	XS12	C	0-N			XPath
XS15	DigestMethod	G	XS10	-	1-1			Grupo do Método de DigestMethod
XS16	Algorithm	A	XS15	C	1-1			Atributo Algorithm de DigestMethod: http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1
XS17	DigestValue	E	XS10	C	1			Digest Value (Hash SHA-1 – Base64)
XS18	SignatureValue	G	XS01	-	1-1			Grupo do Signature Value
XS19	KeyInfo	G	XS01	-	1-1			Grupo do KeyInfo
XS20	X509Data	G	XS19	-	1-1			Grupo X509
XS21	X509Certificate	E	XS20	C	1-1			Certificado Digital x509 em Base64

Para o processo de assinatura, o contribuinte não deve fornecer a Lista de Certificados Revogados, já que a mesma será montada e validada pelo SCIMT.

A assinatura digital do documento eletrônico deverá atender aos seguintes padrões adotados:

- a) **Padrão de assinatura:** “XML Digital Signature”, utilizando o formato “Enveloped” (<http://www.w3.org/TR/xmldsig-core/>);
- b) **Certificado digital:** Emitido por AC credenciada no ICP-Brasil (<http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#X509Data>);
- c) **Cadeia de Certificação:** EndCertOnly (Incluir na assinatura apenas o certificado do usuário final);
- d) **Tipo do certificado:** A1 ou A3 (o uso de HSM é recomendado);
- e) **Tamanho da Chave Criptográfica:** Compatível com os certificados A1 e A3 (1024 bits);
- f) **Função criptográfica assimétrica:** RSA (<http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1>);
- g) **Função de “message digest”:** SHA-1 (<http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1>);
- h) **Codificação:** Base64 (<http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#base64>);
- i) **Transformações exigidas:** Útil para realizar a canonicalização do XML enviado para realizar a validação correta da Assinatura Digital. São elas:
 - (1) Enveloped (<http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature>)
 - (2) C14N (<http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315>)

A assinatura digital do arquivo XML não será exigida nem validada nesta primeira fase de implantação do projeto.

3.2.4 Resumo dos Padrões Técnicos

A tabela a seguir resume os principais padrões de tecnologia utilizados:

Característica	Descrição
Web Services	Padrão definido pelo WS-I Basic Profile 1.1 (http://www.ws-i.org/Profiles/BasicProfile-1.1-2004-08-24.html).
Meio lógico de comunicação	Web Services, disponibilizados pelo Portal do SCIMT.
Meio físico de comunicação	Internet
Protocolo Internet	HTTP. Em fase posterior a ser definida, será utilizado SSL versão 3.0, com autenticação mútua através de certificados digitais.
Padrão de troca de mensagens	SOAP versão 1.2.
Padrão da mensagem	XML no padrão Style/Encoding: Document/Literal, wrapped.
Padrão de certificado digital	X.509 versão 3, emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, do tipo A1 ou A3, devendo conter o CNPJ do proprietário do certificado digital. Para assinatura de mensagens, utilizar o certificado digital do estabelecimento matriz ou do estabelecimento emissor da NF-e. Para transmissão, utilizar o certificado digital do responsável pela transmissão.
Padrão de assinatura digital	XML Digital Signature, Enveloped, com certificado digital X.509 versão 3, com chave privada de 1024 bits, com padrões de criptografia assimétrica RSA, algoritmo message digest SHA-1 e utilização das transformações

	Enveloped e C14N.
Validação de assinatura digital	Será validada além da integridade e autoria, a cadeia de confiança com a validação das LCRs.
Padrões de preenchimento XML	• Campos não obrigatórios do Schema que não possuam conteúdo terão suas tags suprimidas no arquivo XML. • Máscara de números decimais e datas estão definidas no Schema XML. • Nos campos numéricos inteiro, não incluir a vírgula ou ponto decimal. • Nos campos numéricos com casas decimais, utilizar o “ponto decimal” na separação da parte inteira.

Para garantir minimamente a integridade das informações prestadas e a correta formação dos arquivos XML, o contribuinte deverá submeter o arquivo do PFI-e e as demais mensagens XML para validação pela linguagem de Schema do XML (XSD – XML Schema Definition), antes de seu envio. Os arquivos XSD serão disponibilizados pelo Grupo Gestor do Projeto, no site do ENCAT (Portal Fiscal) no endereço <http://www.portalfiscal.inf.br>.

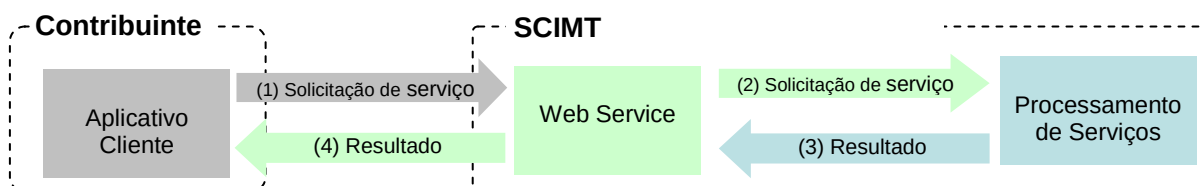
3.3 Modelo operacional

A forma de processamento das solicitações de serviços no projeto Passe Fiscal Interestadual Eletrônico será síncrona.

As solicitações de serviços de implementação síncrona são processadas imediatamente e o resultado do processamento é obtido em uma única conexão.

Abaixo, o fluxo simplificado de funcionamento:

Serviço de Implementação síncrona



Etapas do processo ideal:

- (1) O aplicativo do contribuinte inicia a conexão enviando uma mensagem de solicitação de serviço para o Web Service;
- (2) O Web Service recebe a mensagem de solicitação de serviço e encaminha ao aplicativo do SCIMT que irá processar o serviço solicitado;
- (3) O aplicativo do SCIMT recebe a mensagem de solicitação de serviços e realiza o processamento, devolvendo uma mensagem de resultado do processamento ao Web Service;
- (4) O Web Service recebe a mensagem de resultado do processamento e o encaminha ao aplicativo do contribuinte;
- (5) O aplicativo do contribuinte recebe a mensagem de resultado do processamento e encerra a conexão.

3.4 Padrão de mensagens dos Web Services

As chamadas dos Web Services disponibilizados pelo SCIMT e os respectivos resultados do processamento são realizados através de mensagens com o seguinte padrão:

Padrão de Mensagem de chamada/retorno de Web Service

Estrutura XML de cabeçalho	Estrutura XML definida na documentação do Web Service
----------------------------	---

Área de cabeçalho

Área de dados

- **Área de Cabeçalho** – estrutura XML padrão para todas as mensagens de chamada e retorno de resultado dos Web Services disponibilizados pelo SCIMT, que contém os dados de controle da mensagem. A área de cabeçalho está sendo utilizada para armazenar a identificação do usuário (CPF e credencial) e a versão do leiaute da estrutura XML informado na área de dados. Essa estrutura XML deverá ser enviada no cabeçalho da mensagem SOAP (SOAP header).
- **Área de Dados** – estrutura XML variável deve ter conter a estrutura XML definida na documentação do web service acessado. Essa estrutura XML deverá ser enviada no corpo da mensagem SOAP (SOAP body).

Abaixo, o leiaute da Área de Cabeçalho padrão:

Schema XML: cabecMsg_v1.03.xsd

Área de Cabeçalho									
#	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Observação
-	Autenticacao	TAG raiz do cabeçalho da mensagem	G	-		1-1			TAG raiz do cabeçalho da mensagem
A01	usuario	CPF do usuário emissor	E	raiz	N	1-1	11	0	Deve ser um CPF cadastrado no SCIMT
A02	credencial	Informação de autenticação do usuário	E	raiz	C	1-1	60	-	Hash MD5 da senha do usuário no SCIMT e outras informações (vide a seguir)
A03	versao	Versão do arquivo	E	raiz	C	1-1	6	-	Deve informar a versão do schema XML do arquivo enviado na área de dados, que corresponde ao atributo "versao" do campo PFI.

O campo **credencial** deverá conter um resumo (hash ou digest) MD5 da concatenação dos seguintes dados, necessariamente nessa ordem:

- CNPJ do emissor (14 dígitos)
- Senha do usuário
- CPF do usuário (09 dígitos)
- Data de emissão, no formato MMDDAAAA (08 dígitos)
- Código da repartição emitente, ou seja, o código existente no banco de dados do SCIMT correspondente ao cadastro do emissor (03 dígitos)
- Quantidade de notas constante na área de dados, ou seja, no PFI (01 ou 02 dígitos)

A estrutura XML armazenada na área de dados está definida na documentação do Web Service acessado.

3.4.1 Validação da estrutura XML das Mensagens dos Web Services

As informações são enviadas ou recebidas dos Web Services através de mensagens no padrão XML definido na documentação de cada Web Service.

As alterações de leiaute e da estrutura de dados XML realizadas nas mensagens são controladas através da atribuição de um número de versão para a mensagem.

Um Schema XML é uma linguagem que define o conteúdo do documento XML, descrevendo os seus elementos e a sua organização, além de estabelecer regras de preenchimento de conteúdo e de obrigatoriedade de cada elemento ou grupo de informação.

A validação da estrutura XML da mensagem é realizada por um analisador sintático (parser) que verifica se a mensagem atende as definições e regras de seu Schema XML.

Qualquer divergência da estrutura XML da mensagem em relação ao seu Schema XML, provoca um erro de validação do Schema XML.

A primeira condição para que a mensagem seja validada com sucesso é que ela seja submetida ao Schema XML correto.

Assim, os aplicativos do contribuinte devem estar preparados para gerar as mensagens no leiaute em vigor, devendo ainda informar a versão do leiaute da estrutura XML da mensagem no campo *versao* da área de cabeçalho da mensagem.

Os Web Services disponibilizados pelo SCIMT validam a estrutura XML da mensagem recebida segundo as seguintes regras:

Validação do Cabeçalho da Mensagem					
#	Regra	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	242	Verificar Schema do XML da Área de Cabeçalho	Obrig.	101	Rej.
C03	239	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	102	Rej.
C04	240	Usuário não existente no banco de dados do SCIMT	Obrig.	103	Rej.
C05	241	Credencial inválida	Obrig.	104	Rej.

3.4.2 Schemas XML das Mensagens dos Web Services

Toda mudança de leiaute das mensagens dos Web Services implica na atualização do seu respectivo Schema XML.

A identificação da versão dos Schemas será realizada com o acréscimo do número da versão no nome do arquivo precedida da literal '_v', como segue:

dadosPFI_v1.03.xsd (Schema XML do PFI de Envio , versão 1.03);

autPFI_v1.02.xsd (Schema XML do Retorno do Processamento do PFI-e gerado, versão 1.02);

nfePFI_v1.09.xsd (Schema XML dos dados das notas fiscais do PFI, versão 1.09).

Os Schemas XML do PFI-e utilizam, para manter a integração e padronização com outros projetos, tipos e schemas equivalentes aos do Projeto Nota Fiscal Eletrônica, adaptados para o PFI-e, quando necessários. Essas adaptações são, geralmente, exclusão de campos não necessários no PFI. Por exemplo, o tipo de dados das informações das notas fiscais do PFI-e é o TNFe do schema nfePFI_v1.09.xsd, que corresponde ao schema

nfeNFe_v1.07.xsd, do projeto NF-e, adaptado para o PFI-e, excluídos alguns campos não necessários no PFI, como campo da chave de acesso da NF-e (cNF), série da nota fiscal (campo serie) etc.

A maioria dos Schemas XML do PFI-e utilizam as definições de tipos básicos ou tipos complexos que estão definidos em outros Schemas XML (ex.: tiposBasicoPFI_v1.00.xsd, etc.), nestes casos, a modificação de versão do Schema básico será repercutida no Schema principal.

Por exemplo, o tipo numérico de 15 posições com 2 decimais é definido no Schema tiposBasicoPFI_v1.00.xsd, caso ocorra alguma modificação na definição deste tipo, todos os Schemas que utilizam este tipo básico devem ter a sua versão atualizada e as declarações “import” ou “include” devem ser atualizadas com o nome do Schema básico atualizado.

Exemplo de Schema XML

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<xs:schema xmlns:ds="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#" xmlns:xs="http://www.w3.org/2001/XMLSchema"
xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/pfi" targetNamespace="http://www.portalfiscal.inf.br/pfi"
elementFormDefault="qualified" attributeFormDefault="unqualified">
  <xs:import namespace="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#" schemaLocation="xmldsig-core-
schema_v1.01.xsd"/>
  <xs:include schemaLocation="dadosPFI_v1.03.xsd"/>
  <xs:element name="PFI">
    <xs:annotation>
      <xs:documentation>Passe Fiscal Interestadual Eletrônico</xs:documentation>
    </xs:annotation>
  </xs:element>
</xs:schema>
```

As modificações de leiaute das mensagens dos Web Services podem ser causadas por necessidades técnicas ou em razão da modificação de alguma legislação. As modificações decorrentes de alteração da legislação deverão ser implementadas nos prazos previstos no ato normativo que introduziu a alteração. As modificações de ordem técnica serão divulgadas pela Coordenação Técnica do ENCAT e poderão ocorrer sempre que se fizerem necessárias.

3.4.3 Liberação das versões dos Schemas para o Projeto Passe Fiscal Interestadual Eletrônico

Os schemas válidos para o Projeto da Passe Fiscal Interestadual Eletrônico serão disponibilizados no sitio nacional do Projeto (<http://www.portalfiscal.inf.br>), e serão liberados após autorização da equipe de Gestão do Projeto formada pelos Líderes dos Projetos nos Estados.

A cada nova liberação será disponibilizado um arquivo compactado contendo o conjunto de schemas a serem utilizados pelas empresas para a geração dos arquivos XML. Este arquivo será denominado “Pacote de Liberação” e será numerado seqüencialmente. Os pacotes de liberação serão identificados pelas letras “PL”, seguida do número do pacote. Exemplificando: O pacote PL_001.zip representa o “Pacote de Liberação” nº 1 de schemas da Passe Fiscal Interestadual Eletrônico.

Os schemas válidos estão contidos no pacote de liberação e são identificados pelo seu nome, seguido da versão do respectivo schema.

Assim, para o schema de “Geração de Passe Fiscal Interestadual Eletrônico”, corresponderá um arquivo com a extensão .XSD, que terá o nome de “*pfi_v9.99.xsd*”, onde v9.99, corresponde a versão do respectivo schema.

Para identificar quais os schemas que sofreram alteração em um determinado pacote liberado, deve-se comparar o número da versão do schema deste pacote com o do pacote anterior.

Exemplificando:

PACOTE	PL_001.ZIP	PL_002.ZIP
DATA LIBERAÇÃO	01/02/2007	01/03/2007
SCHEMAS	pfi_v1.02.xsd	pfi_v1.03.xsd
	dadosPFI_v1.02.xsd	dadosPFI_v1.03.xsd
	autPFI_v1.02.xsd	autPFI_v1.02.xsd
	tiposNFe_v1.07.xsd	tiposNFe_v1.07.xsd

Para as atualizações de versões que decorrem de correção de regra de validação, modificação da obrigatoriedade de campo, etc., que não modificam a estrutura do Schema através da inclusão ou exclusão de campos, serão liberados novos pacotes de liberação sem a atualização do número do pacote. Nestas situações os pacotes mais recentes serão identificados com o acréscimo de letras minúscula do alfabeto, como por exemplo: PL_002a.ZIP, indicando que se trata da primeira versão corrigida do PL_002.ZIP

3.4.4 Controle de Versão

O controle de versão de cada um dos schemas válidos para o Projeto Passe Fiscal Interestadual Eletrônico compreende uma definição nacional sobre:

- Qual a versão vigente (versão mais atualizada);
- Quais são as versões anteriores ainda suportadas pelo SCIMT.

Essa informação estará disponível no Portal do SCIMT ou do ENCAT.

Este controle de versões permite a adaptação dos sistemas de informática das empresas participantes do Projeto em diferentes datas. Ou seja, algumas empresas poderão estar com uma versão de leiaute mais atualizada, enquanto outras empresas poderão ainda estar operando com mensagens em um leiaute anterior.

Não estão previstas mudanças freqüentes de leiaute de mensagens e as empresas deverão ter um prazo razoável para implementar as mudanças necessárias, conforme acordo operacional a ser estabelecido.

Mensagens recebidas com uma versão de leiaute não suportada serão rejeitadas com uma mensagem de erro específica.

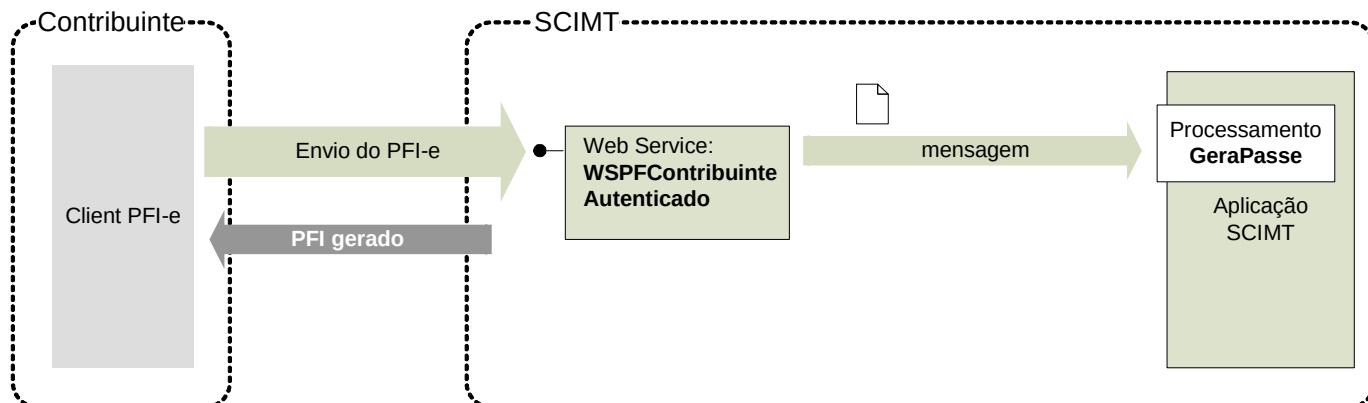
4. Web Services

Os Web Services é a tecnologia utilizada para disponibilizar os serviços que serão consumidos pelos aplicativos dos contribuintes. O mecanismo de utilização dos Web Services segue as seguintes premissas:

- a) Será disponibilizado um Web Service por serviço, existindo um método para cada tipo de serviço. Essa diferenciação ocorre também na definição das mensagens, conforme será visto adiante;
- b) O envio da solicitação e a obtenção do retorno serão realizados na mesma conexão através de um único método.
- c) As URLs dos Web Services encontram-se no Anexo IV deste manual. Acessando a URL pode ser obtido o WSDL (Web Services Description Language) de cada Web Service.

4.1 Web Service – WSPFContribuinteAutenticado

Transmissão de Requisição de Geração de PFI



Função: serviço destinado à recepção de mensagens de requisição de geração de PFI-e.

Método: GeraPasse

4.1.1 Leiaute Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML com as notas fiscais enviadas:

Schema XML: pfi_v1.03.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
AP01	XMLEntrada	Raiz	-	xml	-	-		TAG raiz
AP02	PFI	G	AP01	TPFI	1-1	-		Conjunto das informações do Passe Fiscal Interestadual Eletrônico, seguindo definição do Anexo I.
AP03	TLayout	A	AP02	C	1-1	1-3	2	Tipo do leiaute (valor padrão "PFI")
AP04	versao	A	AP02	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute

* O detalhamento do campo PFI (tipo TPFI) será fornecido em documento a parte (Anexo I).

4.1.2 Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML com a mensagem do resultado do processamento da transmissão.

Schema XML: autPFI_v1.02.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
AR01	GeraPasseResponse	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz da Resposta
AR02	GeraPasseResult	G	AR01	xml	1-1	-		Conteúdo da resposta
AR03	AutPFI	G	AR02		1-1	-		Dados da autorização do PFI gerado

AR04	Versão	A	AR03	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
AR05	chPFI	E	AR03	C	1-1	14	-	Chave do Passe gerado. Formato: UF999999/AAAA-DV
AR06	codBarPFI	E	AR03	N	1-1	15	-	Linha digitável do código de barras do PFI.
AR07	dhEmi	E	AR03	DT	1-1	-	-	Data e hora da emissão do Passe no SCIMT. Formato: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS. Ex.: 2007-01-09T15:31:00
AR08	xRepEmi	E	AR03	C	1-1	1-60	-	Razão social do contribuinte emitente ou nome da repartição fiscal emitente
AR09	nMatResp	E	AR03	C	1-1	1-12	-	Matrícula do funcionário responsável pela emissão conforme o cadastro do SCIMT.
AR10	xResp	E	AR03	C	1-1	60	-	Nome do funcionário responsável pela emissão conforme o cadastro do SCIMT.
AR11	PFI	G	AR03	TPFI	1-1	-	-	Dados do pedido de emissão do PFI. É uma cópia do XML enviado par solicitação de gerar o Passe.

As mensagens recebidas com erro geram uma mensagem de erro no layout do schema erroPFI_v1.01.xsd conforme descrito no Anexo I. Nas demais hipóteses, será retornado o PFI-e processado com o layout acima.

A chave do PFI-e gerado pelo Portal do SCIMT será a chave de acesso do serviço de consulta ao status do Passe.

4.1.3 Validação Inicial da Mensagem e do Web Service

Validação Inicial da Mensagem e do Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	111	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	112	Rej.
B03	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	113	Rej.
B04	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	114	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB) A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso do controle de tamanho ser implementado por aplicativo teremos a devolução da mensagem de erro 214.

A critério das equipes gestora e técnica do SCIMT, poderá ser verificado se o XML de dados está bem formado.

4.1.4 Geração da Resposta do PFI

Não existindo qualquer problema nas validações acima referidas, o aplicativo deverá gerar um novo Passe Fiscal Interestadual e retornar uma mensagem com as seguintes informações:

- a versão do layout;
- a chave do PFI;
- o código numérico do código de barras do PFI;
- a data e hora de emissão;
- o nome da repartição ou contribuinte emitente;
- o número da matrícula do responsável pela emissão;
- o nome do responsável pela emissão;
- os dados do Passe, enviados pelo contribuinte.

Caso ocorra algum problema de validação, o aplicativo deverá retornar uma mensagem com as seguintes informações:

- a versão do layout;
- o código e a respectiva mensagem de erro (vide a tabela do item 4.1.6 b);

4.1.5 Validação da área de cabeçalho da mensagem

O processamento da requisição do PFI-e realiza a validação da área de cabeçalho da mensagem com a aplicação das seguintes regras:

Validação da área do Cabeçalho da Mensagem				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Verificar Schema do XML da Área de Cabeçalho	Obrig.	101	Rej.
C02	Versão dos Dados informada na Área de Cabeçalho é superior à versão vigente	Facult.	102	Rej.
C03	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	103	Rej.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que deve ser utilizado pelo Servidor de Processamento do PFI-e na validação do Schema XML.

A ocorrência de qualquer erro na validação da área de cabeçalho da mensagem impossibilita o processamento da mensagem contida na área de dados, ocorrendo a interrupção do processo com a disponibilização de uma mensagem contendo o código e a descrição do erro na fila de saída.

4.1.6 Validação da área de Dados

a) Validação de forma da área de dados

A validação de forma da área de dados da mensagem é realizada com a aplicação da seguinte regra:

Validação da área de dados da mensagem				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito

D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	110	Rej.
-----	--------------------------------------	--------	-----	------

Caso ocorra algum erro de validação de schema XML, o processamento da mensagem será encerrado e disponibilizado uma mensagem contendo o código e a descrição do erro.

b) Validação de regras de negócios do PFI-e

Validação do PFI-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
E01	Autenticação não realizada com sucesso. Credencial inválida.	Obrig.	200	Rej.
E02	Tipo do layout do PFI-e difere do padrão ("PFI")	Facult.	201	Rej.
E03	Usuário não vinculado à repartição emitente	Obrig.	202	Rej.
E04	Sigla da UF do emissor difere da UF do usuário ou do emitente	Obrig.	203	Rej.
E05	CPF do usuário emitente inválido (dígito controle, zeros ou nulo)	Obrig.	204	Rej.
E06	CNPJ Emitente inválido (dígito controle, zeros ou nulo)	Obrig.	205	Rej.
E07	CPF do usuário emitente não cadastrado no SCIMT	Obrig.	206	Rej.
E08	CNPJ emitente não cadastrado no SCIMT	Obrig.	207	Rej.
E09	CNPJ ou CPF do transportador inválido (dígito controle, zeros ou nulo)	Obrig.	208	Rej.
E10	CPF do condutor inválido	Obrig.	209	Rej.
E11	Placa principal do veículo inválida (fora do padrão XXX9999)	Obrig.	210	Rej.
E12	Uma das placas secundárias do veículo ou reboque inválida (fora do padrão XXX-9999)	Obrig.	211	Rej.
E13	Percurso inválido (nulo ou com UF inexistente)	Facult.	212	Rej.
E14	CNPJ do emitente da nota informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	213	Rej.
E15	CPF do emitente da nota informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	214	Rej.
E16	CNPJ Destinatário informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	215	Rej.
E17	CPF Destinatário informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	216	Rej.
E18	Código NCM inválido ou inexistente (quando exigido).	Facult.	217	Rej.
E19	Código ANP inválido ou inexistente (quando exigido no caso de combustíveis).	Facult.	218	Rej.
E20	Produto não permite emissão de passe. Verificado quando há obrigatoriedade de preenchimento do campo do código NCM do produto.	Obrig.	219	Rej.
E21	Produto não permite emissão de passe. Verificado quando há obrigatoriedade de preenchimento do campo do código do produto na tabela da ANP (combustíveis).	Obrig.	220	Rej.
E22	Usuário emitente não autorizado	Obrig.	221	Rej.
E23	Repartição ou contribuinte emitente não autorizado	Obrig.	222	Rej.
E24	Condutor em situação irregular perante o SCIMT (passe em aberto ou irregular)	Facult.	223	Irr.
E25	Transportador em situação irregular perante o SCIMT (passe em aberto ou irregular)	Facult.	224	Irr.
E26	Veículo (placa principal) em situação irregular perante o SCIMT (passe em aberto ou irregular)	Facult.	225	Irr.

E27	Veículo (placa secundária ou de reboque) em situação irregular perante o SCIMT (passe em aberto ou irregular)	Facult.	226	Irr.
-----	---	---------	-----	------

4.1.7 Final do Processamento

A validação do PFI-e poderá resultar em:

- **Rejeição** – o PFI-e será descartado, não sendo gerado nem armazenado no Banco de Dados do SCIMT, podendo ser corrigido e novamente transmitido;
- **Autorização de uso** – o PFI-e será gerado e armazenado no Banco de Dados do SCIMT;
- **Alerta de irregularidade** – situação ainda não desenvolvida. O SCIMT deverá emitir uma mensagem nos casos de irregularidade do veículo, condutor ou transportador. Essa validação é facultativa e deve aguardar um prazo para a sua implementação.

5. Web Services – Informações Adicionais

5.1 Padrão de nomes para os arquivos

Visando facilitar o processo de guarda dos arquivos pelos legítimos interessados, foi criado um padrão de nome para os diversos tipos de arquivos utilizados pelo sistema PFI-e. São eles:

- **PFI-e:** O nome do arquivo será a concatenação de “PFI” + data no formato AAAAMMDD + CNPJ do emitente + “-geraPasse.xml”;
- **PFI-e gerado/autorizado:** O nome do arquivo será o número do passe com extensão “-PFLe.xml”;
- **Mensagem de erro:** O nome do arquivo será a concatenação de “PFI” + data no formato AAAAMMDD + CNPJ do emitente + “-erro.xml”.

5.2 Tratamento de caracteres especiais no texto de XML

Todos os textos de um documento XML passam por uma análise do “parser” específico da linguagem. Alguns caracteres afetam o funcionamento deste “parser”, não podendo aparecer no texto de uma forma não controlada.

Os caracteres que afetam o “parser” são:

- > (sinal de maior),
- < (sinal de menor),
- & (e-comercial),
- “ (aspas),
- ‘ (sinal de apóstrofe).

Alguns destes caracteres podem aparecer especialmente no campo de Razão Social, Endereço e Informação Adicional. Para resolver esses casos, é recomendável o uso de uma sequência de “escape” em substituição ao caractere que causa o problema.

Recomenda-se ainda a não utilização de caracteres especiais, como letras com acentos, cedilha e outros.

5.3 Chave de Acesso do PFI-e

A Chave de Acesso do Passe Fiscal Interestadual Eletrônico é representada por uma sequência de 14 caracteres alfa-numéricos, representados da seguinte forma:

	Sigla da UF	Seqüencial do PFI no ano e na UF	Ano de emissão	DV
Quantidade de caracteres	02	06	04	02

O Dígito Verificador (DV) irá garantir a integridade da chave de acesso, protegendo-a principalmente contra digitações erradas.

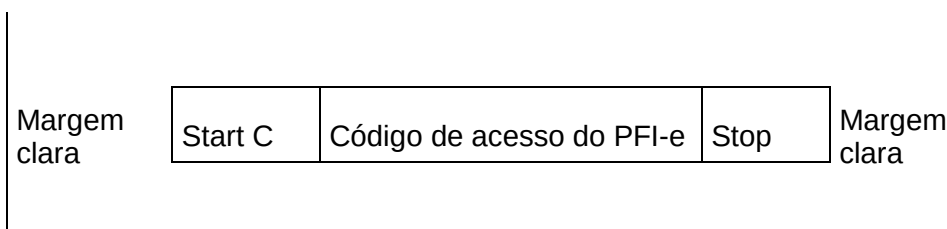
6. Código de Barra

O padrão de código de barras a ser impresso no PFI é o I25 (Interleaved 2 of 5). O referido código de barras deverá representar apenas a chave única de acesso do arquivo do Passe Fiscal Interestadual Eletrônico, com 14 posições.

A impressão do código de barras no PFI tem a finalidade de facilitar e agilizar a captura da chave de acesso do PFI-e para consulta da veracidade da mesma no portal do SCIMT. Dentre outras finalidades do código, destacamos também o registro do trânsito de mercadorias nos Postos Fiscais e a baixa do Passe na unidade federada de destino.

O código de barras deverá representar apenas o campo <codBarPFI> do arquivo XML de resposta do processamento, com 15 posições. Esse campo representa a chave de acesso do PFI, alterando a sigla da UF para o código da UF no banco de dados do SCIMT, visto que não há como representar letras, e acrescentando um dígito "9" ao final, para evitar erro em algumas leitoras de código de barras. Como o I25 só aceita a representação de números com tamanho par de caracteres, é ainda acrescentado um dígito "3" ao final do código, tornando-o, desta forma, com 16 caracteres.

Para a impressão do mesmo será considerada a seguinte estrutura de simbolização:



Margem Clara: Espaço claro, que não contém nenhuma marca legível por máquina, existente à esquerda e à direita do código para evitar interferência na decodificação da simbologia. A margem clara também é chamada de "área livre", "zona de silêncio" ou "margem de silêncio".

Start C: inicia a codificação dos dados I25 de acordo com o conjunto de caracteres. O Start C não representa nenhum caractere.

Chave de acesso do PFI-e: representa o conjunto de 16 caracteres representando a chave de acesso do PFI-e + 2 caracteres de prevenção de erros.

Stop: caractere de parada, indica o final do código ao leitor óptico.

O código de barras deverá ser impresso com resolução mínima de 300 dpi, devendo ser observada a área reservada de 3 x 5 cm.

Altura da barra: no intuito de propiciar melhor área de leitura, a altura da barra não poderá ser inferior a 1,5 cm e nem superior a 2,5 cm.

Largura da barra: considerando que para cada símbolo da barra são codificados dois caracteres, então teremos:

Tamanho do campo código numérico = 16 (caracteres) / 2 = 8 (símbolos)

Considerando que cada símbolo possui 10 (módulos) * 8 (símbolos) = 80 posições

Start C = 4 (módulos) = 4 posições

Stop = 3 (módulos) = 3 posições

Tamanho total da simbologia = 80 + 4 + 3 = 87 (posições)

Largura máxima de cada módulo da barra = 4 cm / 80 (posições) = 0,05 cm

Obs.:

- (1) Recomenda-se que a impressão do PFI seja feita utilizando o arquivo XSL fornecido com o pacote de schemas XML, pois este já possui algoritmo para a confecção do código de barras, conforme detalhado no próximo tópico.
- (2) O usuário não precisa montar ou realizar o cálculo da linha digitável do código de barras. Essa informação está contida na resposta do PFI autorizado.

7. Impressão do PFI

O PFI impresso é um documento fiscal auxiliar em papel com o objetivo de:

- a) Acompanhar o trânsito de mercadorias;
- b) Colher a firma do condutor, com o objetivo de tornar o transportador e responsáveis solidários depositários fiéis da mercadoria em trânsito;
- c) Auxiliar no registro de passagens e baixa do passe nos postos fiscais.

O PFI poderá ser Impresso conforme leiaute descrito no Anexo II e III deste manual.

O PFI impresso no ambiente de testes/homologação deverá conter, em destaque, a frase "SEM VALOR FISCAL".

O PFI deverá ser impresso utilizando uma folha de estilos própria para os arquivos XML do PFI-e, que será fornecida junto com o pacote de schemas XML. A folha de estilos é produzida com base na tecnologia XSL (Extensible Stylesheet Language) versão 1.1, padronizada pelo W3C. A especificação está disponível no endereço <http://www.w3.org/TR/xsl/>.

XSL é uma linguagem para expressa folhas de estilos para arquivos XML. Usamos XSL para expressar como deve ser visualizado os dados estruturados de um arquivo XML.

Para utilizar, basta fazer referência ao arquivo XSL dentro do arquivo XML com a seguinte expressão `<?xml-stylesheet type="text/xsl" href="pfi_v1.xsl"?>` e abrir o arquivo em um navegador compatível (Internet Explorer ou Mozilla Firefox). O arquivo .xsl deve estar no mesmo diretório do arquivo XML ou então deve-se alterar o caminho do mesmo na referência.

Abaixo segue exemplo de utilização de XSL:

```
<?xml version="1.0" encoding="utf-8" ?>
<?xml-stylesheet type="text/xsl" href="pfi_v1.xsl"?>
<AutPFI TLayout="PFI" versao="1.02"
xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/pfi"
xmlns:nfe="http://www.portalfiscal.inf.br/nfe"
xmlns:ds="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#"
xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
<chPFI>AL002198/2007-45</chPFI>
<codBarPFI>140021982007459</codBarPFI><dEmi>2007-02-01</dEmi>

...

</AutPFI>
```

Obs:

1. Ao abrir o arquivo XML de uma pasta local do computador, o navegador poderá exibir uma mensagem informando que impediu a execução de scripts na página. Isso se deve ao fato de que o código de barras é montado através de um script feito na linguagem JavaScript. Para visualizar o código de barras, basta apenas permitir a execução do script.

2. A operação descrita acima somente deve ser feita se o usuário tiver certeza de que o arquivo é realmente um PFI-e e que não poderá causar danos ao computador.

8. Contingência

Na impossibilidade de emitir um PFI eletronicamente através dos web services descritos neste projeto, o mesmo deverá ser emitido através do portal do SCIMT (<http://www.portalfiscal.inf.br/scimt>) ou no primeiro posto fiscal de trânsito da mercadoria.

9. Ambiente de Homologação / Produção

O SCIMT deverá manter dois ambientes para recepção do PFI-e. O ambiente de homologação é específico para a realização de testes e integração das aplicações do contribuinte durante a fase de implementação e adequação de seu sistema à emissão de PFI-e.

A autorização para emissão de PFI-e no ambiente de produção fica condicionada à prévia aprovação das equipes de TI e de negócios do SCIMT e do ENCAT, que deverá avaliar a adequação, comportamento e performance do sistema de emissão de PFI-e do contribuinte interessado no ambiente de homologação.

Anexo I – Leiaute do PFI-e

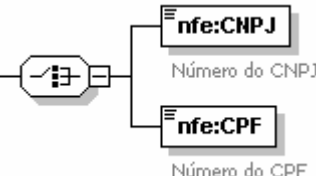
Schema XML: dadosPFI_v1.04.xsd

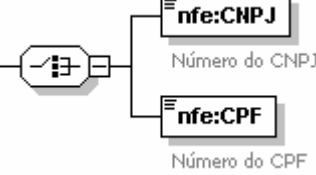
#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
Raiz	-	PFI	TAG raiz do PFI-e	G	-		1-1			TAG raiz do PFI-e
A - Dados do Passe Fiscal Interestadual Eletrônico										
#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
1	A01	TLayout	Tipo do leiaute	A	Raiz	-	1-1	-		Tipo do leiaute do arquivo XML. Padrão "PFI"
2	A02	versao	Versão do leiaute	A	Raiz	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
3	A03	Id	Identificador da TAG a ser assinada	ID	Raiz	C	1-1	1	-	Valor fixo = 1
4	A04	dadosEmissor	TAG do grupo de informações do emissor do PFI	G	Raiz	-	1-1	-	-	
5	A05	tpEmi	Tipo de emissor	E	A04	C	1-1	1	-	F - Fisco; C – Contribuinte
6	A06	CPF	CPF do usuário emissor	E	A04	N	1-1	11	0	
7	A07	UF	Sigla da UF do emissor	E	A04	C	1-1	2	-	
8	A08	repEmi	Código da repartição emitente	E	A04	N	1-1	5	-	
9	A09	CNPJ	CNPJ do emitente	E	A04	N	1-1	14	-	
10	A10	xNome	Razão social do emitente	E	A04	C	0-1	60	-	
11	A11	transp	TAG de grupo de Informações do Transporte da carga do PFI-e	G	Raiz		1-1			Grupo de informações de transporte
12	A12	transporta	TAG de grupo Transportador	G	A11		0-1			Grupo de informações do transportador
13	A13	CNPJ	CNPJ	CE	A12	C	0-1	14		Informar o CNPJ ou o CPF (no caso de autônomo) do Transportador, preenchendo os zeros não significativos.
14	A14	CPF	CPF	CE	A12	C	0-1	11		

#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
15	A15	xNome	Razão Social ou nome	E	A12	C	0-1	1-60		
16	A16	UF	Sigla da UF	E	A12	C	0-1	2		
17	A17	condutor	TAG do grupo de dados do condutor	G	A11	-	1-1	-	-	Grupo de informações do condutor
18	A18	CPF	CPF do condutor	E	A17	N	1-1	11	-	
19	A19	xNome	Nome ou Razão Social do condutor	E	A17	C	0-1	60	-	
20	A20	tpTransp	Tipo do transporte	E	A11	N	1-1	1	-	1 - terrestre; 2 - avião; 3 - aquático; 4 – ferroviário
21	A21	veicTransp	TAG do grupo de dados do veículo principal	G	A11	-	1-1	-	-	Grupo de informações do veículo principal do transporte
22	A22	placa	Placa principal do veículo	E	A21	C	1-1	1-8	-	Placa no formato XXX9999
23	A23	UF	UF da placa principal do veículo	E	A21	C	1-1	2	-	
24	A24	Reboque	TAG do grupo de dados do(s) reboque(s)	G	A11	-	0-2	-	-	Grupo de informações de reboques
25	A25	placa	Placa do reboque	E	A24	C	1-1	1-8	-	Placa no formato XXX9999
26	A26	UF	UF da placa do reboque	E	A24	C	1-1	2	-	
27	A27	percurso	TAG do grupo de dados do percurso	G	A11	-	0-26	-	-	Grupos de informações de percurso
28	A28	UF	UF do percurso	E	A27	C	1-1	2	-	
29	A29	nPerc	Ordem da UF no percurso	A	A27	N	1-1	2	-	Em que ordem vai transitar a mercadoria entre as UF's informadas

B - Identificação das notas fiscais do Passe Fiscal Interestadual Eletrônico

#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
30	B01	dadosNFs	TAG de grupo das informações de notas fiscais do PFI-e	G	Raiz	-	1-1	-	-	
31	B02	infNFe	Grupo de informações de uma nota fiscal	G	B01	-	1-999	-	-	
32	B03	ide	TAG de grupo das informações de identificação da nota fiscal	G	B02		1-1			
33	B04	nNF	Número do Documento Fiscal	E	B03	N	1-1	1-9		Número do Documento Fiscal.
34	B05	dEmi	Data de emissão do Documento Fiscal	E	B03	D	1-1			Formato "AAAA-MM-DD"

#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
C - Identificação do Emitente da nota fiscal										
#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
35	C01	emit	TAG de grupo de identificação do emitente da nota fiscal	G	B02		1-1			Grupo com as informações do emitente da nota fiscal
36	C02	CNPJ	CNPJ do destinatário	CE	D01	C	1-1	0 ou 14		Informar o CNPJ ou o CPF do emitente, preenchendo os zeros não significativos. Não informar o conteúdo da TAG se a operação for realizada com o exterior. 
36	C02	CPF	CPF do destinatário	CE	D01	C	1-1	11		
37	C03	xNome	Razão Social ou Nome do emitente	E	C01	C	1-1	1-60		
38	C04	UF	Sigla da UF	E	C01	C	1-1	2		Informar 'EX 'para operações com o exterior.
D - Identificação do Destinatário da nota fiscal										
#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
39	D01	dest	TAG de grupo de identificação do Destinatário da nota fiscal	G	B02		1-1			Grupo com as informações do destinatário da nota fiscal
40	D02	CNPJ	CNPJ do destinatário	CE	D01	C	1-1	0 ou 14		Informar o CNPJ ou o CPF do destinatário, preenchendo os zeros não significativos. Não informar o conteúdo da TAG se a operação for realizada com o exterior.
41	D03	CPF	CPF do destinatário	CE	D01	C	1-1	11		

#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
										 Número do CNPJ Número do CPF
42	D04	xNome	Razão Social ou nome do destinatário	E	D01	C	1-1	1-60		
43	D05	UF	Sigla da UF	E	D05	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
E - Detalhamento de Produtos da nota fiscal										
#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
44	E01	det	TAG de grupo do detalhamento de Produtos da nota	G	B01		1-990			Múltiplas ocorrências (máximo = 990)
45	E02	nltem	Número do item	A	E01	N	1-1	1-3		Número do item (1-990)
F - Produtos da nota fiscal										
#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
46	F01	prod	TAG de grupo do detalhamento de Produtos da nota	G	E01		1-1			
47	F02	xProd	Descrição do produto ou serviço	E	F01	C	1-1	1-120		
48	F03	uTrib	Unidade Tributável	E	F01	C	1-1	1-6		
49	F04	qTrib	Quantidade Tributável	E	F01	N	1-1	12	4	
50	F05	vProd	Valor Total dos produtos e serviços	E	F01	N	1-1	15	2	
51	F06	NCM	Código NCM	E	F01	C	0-1	8		Preencher de acordo com a Tabela de Capítulos da NCM. Não preencher se o produto for combustível. Vide observação 3.
52	F07	cProdANP	Código do combustível na ANP	E	F01	N	0-1	9	0	Tabela de códigos de produtos do SIMP/ANP. Preencher se o produto for combustível. Vide observação 3.
G - Informação sobre volumes da nota fiscal										
#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec.	Observação
53	G01	vol	TAG de grupo Volumes	G	B02		0-N			

#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec	Observação
54	G02	pesoB	Peso Bruto (em kg)	E	G01	N	0-1	15	3	
H - Informações Adicionais do PFI-e										
#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec	Observação
55	H01	infAdic	TAG de grupo de Informações Adicionais	G	Raiz		0-1			Observações ou outras informações de interesse do emissor. Pode, por exemplo, ser utilizado no caso de transporte não-terrestre.
56	H02	infAdFisco	Informações Adicionais de Interesse do Fisco	E	H01	C	0-1	1-256		Observações ou outras informações de interesse do órgão fiscal emissor.
57	H03	infCpl	Informações Complementares de interesse do Contribuinte	E	H01	C	0-1	1-500		Observações ou outras informações de interesse do contribuinte emissor.
I - Informações da Assinatura Digital										
#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec	Observação
58	I01	Signature	Assinatura XML da NF-e segundo o Padrão XML Digital Signature	G	Raiz		1-1			

OBSERVAÇÕES:

1. Abreviações utilizadas nas colunas de cabeçalho do leiaute:

#	ID	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	tamanho	Dec	Observação
53	G01	vol	TAG de grupo Volumes	G	B02		0-N			

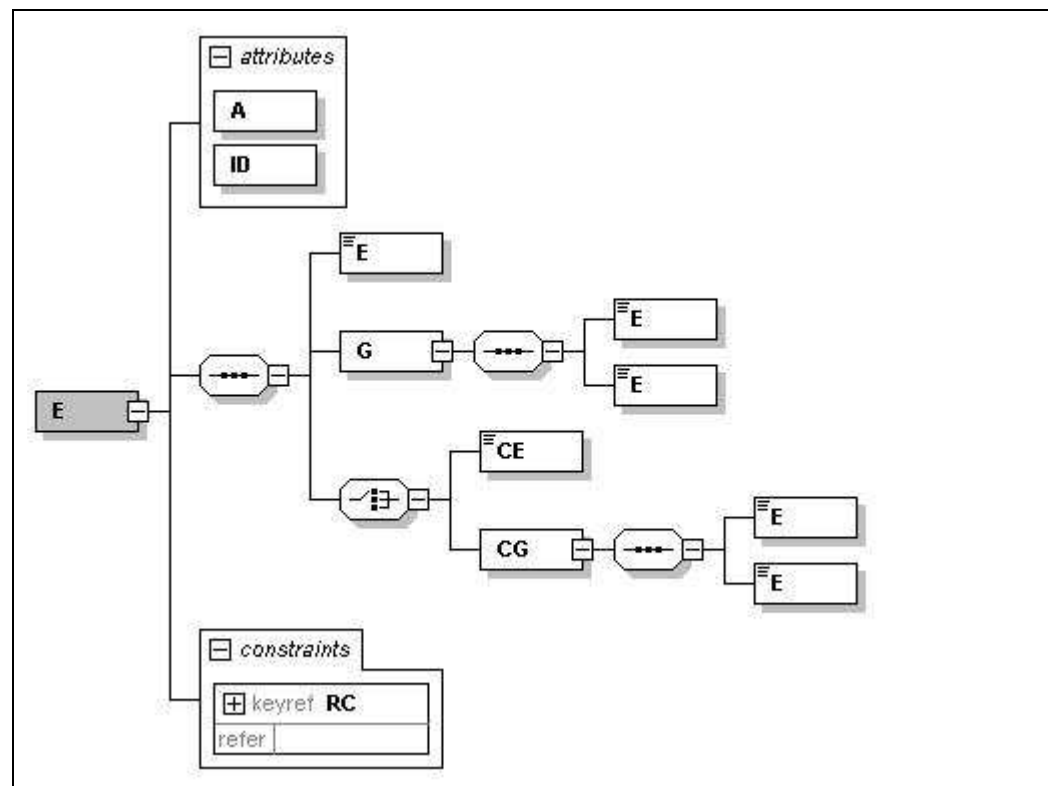
a) coluna # : identificador da linha da tabela;

b) coluna ID : identificação do campo

c) coluna campo: identificador do nome do campo, como a nomenclatura dos nomes dos campos foi padronizada, um mesmo nome de campo é utilizado para identificar campos diferentes, como por exemplo, o CNPJ, que pode ser do emitente ou do destinatário. A diferenciação dos campos é realizada considerando as tags de grupo ou através do campo ID.

d) coluna Ele:

- A** - indica que o campo é um atributo do Elemento anterior;
- E** - indica que o campo é um Elemento;
- CE** - indica que o campo é um Elemento que deriva de uma Escolha (Choice);
- G** - indica que o campo é um Elemento de Grupo;
- CG** - indica que o campo é um Elemento de Grupo que deriva de uma Escolha (Choice);
- ID** - indica que o campo é um ID da XML 1.0;
- RC** - indica que o campo é uma key constraint (Restrição de Chave) para garantir a unicidade e presença do valor;



e) coluna Pai: indica qual é o elemento pai;

f) coluna Tipo:

N – campo numérico;

C – campo alfanumérico;

D – campo data;

g) Coluna Ocorrência: x-y, onde x indica a ocorrência mínima e y a ocorrência máxima;

h) Coluna tamanho: x-y, onde x indica o tamanho mínimo e y o tamanho máximo; a existência de um único valor indica que o campo tem tamanho fixo, devendo-se informar a quantidade de caracteres exigidos, preenchendo-se os zeros não significativos; tamanhos separados por vírgula indicam que o campo deve ter um dos tamanhos fixos da lista;

i) coluna dec: indica a quantidade máxima de casas decimais do campo;

j) O tamanho máximo dos campos Tipo “C”, quando não especificado, é 60 posições;

2. Regras de preenchimento dos campos do Passe Fiscal Interestadual Eletrônico:

- Campos que representam códigos (CNPJ, CPF, NCM, SIMP, etc.) devem ser informados com o tamanho fixo previsto, sem formatação e com o preenchimento dos zeros não significativos;
- Campos numéricos que representam valores e quantidades são de tamanho variável, respeitando o tamanho máximo previsto para o campo e a quantidade de casas decimais. O preenchimento de zeros não significativos causa erro de validação do Schema XML. Os campos numéricos devem ser informados sem o separador de milhar, com uso do ponto decimal para indicar a parte fracionária se existente respeitando-se a quantidade de dígitos prevista no leiaute;
- O uso de caracteres acentuados e símbolos especiais para o preenchimento dos campos alfanuméricos devem ser evitados. Os espaços informados no início e no final do campo alfanumérico também devem ser evitados;
- As datas devem ser informadas no formato “AAAA-MM-DD”, com exceção da utilizada no hash de autenticação;
- A forma e a obrigatoriedade de preenchimento dos campos da Passe Fiscal Interestadual Eletrônico estão previstas na legislação aplicável para a operação que se pretende realizar;
- Inexistindo conteúdo (valor zero ou vazio) para um campo não obrigatório, a TAG deste campo não deverá ser informada no arquivo do PFI-e;
- Tratando-se de operações com o exterior, uma vez que o campo CNPJ é obrigatório não informar o conteúdo deste campo;
- No caso das pessoas desobrigadas de inscrição no CNPJ/MF, deverá ser informado o CPF da pessoa, exceto nas operações com o exterior.

3. Unidades de medida dos itens das notas fiscais:

O campo F03 (#48 – uTrib) refere-se à unidade de medida do item da nota. Ele deve ser preenchido com o código da unidade de medida no SCIMT, conforme a tabela abaixo:

Código	Descrição
1	Litro
2	Duzia
3	Caixa
4	Caixa com 06 unidades
5	Caixa com 12 unidades
6	Caixa com 24 unidades
7	Pacote
8	Pacote com 06 unidades
9	Pacote com 12 unidades
10	Cilindro
11	Bag
12	Mix Bag
13	Saca com 50Kg
14	Fardo com 30Kg
15	Fardo com 25Kg
16	Tonelada
17	Kilograma
18	Saca com 60Kg
19	Fardo com 10Kg
20	Milheiro
21	Saca com 25Kg
22	Unidade
23	Metro Cúbico
24	Metro Quadrado

25	Metro
26	Rolos
27	Saca com 42,5 Kg

4. Preenchimento de informações específicas do produto:

Os campos F06 (#51 – NCM) e F07 (#52 – cProdANP) estão dentro de uma *tag choice* no esquema XML. Portanto, apenas um deles deve ser preenchido. No caso do produto ser um combustível enquadrado na tabela de produtos ANP descritos abaixo, deverá ser preenchida o campo *cProdANP*, caso contrário, deverá ser preenchida o campo *NCM*. Os códigos que deverão ser utilizados nestes campos estão descritos na tabela abaixo:

Tipo de classificação	Descrição do produto	Código
NCM	Açúcar	17011100
NCM	Aguardente	22072020
ANP	Álcool Etílico Anidro Combustível – AEAC	810102001
ANP	Álcool Etílico Anidro Combustível – AEAC com corante	810102004
ANP	Álcool Etílico Anidro Combustível – AEAC fora de especificação	810102002
ANP	Álcool Etílico Anidro Padrão para outros fins	810102003
ANP	Álcool Etílico Hidratado Combustível - AEHC Aditivado	810101002
ANP	Álcool Etílico Hidratado Combustível - AEHC fora da especifica	810101003
ANP	Álcool Etílico Hidratado Comum Combustível – AEHC	810101001
ANP	Álcool Etílico Hidratado para outros fins	810101004
NCM	Arroz	19049000
NCM	Carne Bovina Resfriada	2022090
NCM	Cerveja	22030000
NCM	Charque	2102000
NCM	Cigarro	24022000
NCM	Cimento	100000

NCM	Conhaque	22082000
NCM	Couro Bovino	4101
NCM	Farinha de Trigo	11010010
NCM	Frango Resfriado/Congelado	10592
ANP	Gasolina A Comum	320101001
ANP	Gasolina A fora de especificação	320101003
ANP	Gasolina A Premium	320101002
ANP	Gasolina Automotiva Padrão	320103001
ANP	Gasolina C Aditivada	320102002
ANP	Gasolina C Comum	320102001
ANP	Gasolina C fora de especificação	320102004
ANP	Gasolina C Premium	320102003
NCM	Gim e Genebra	22085000
NCM	Leite em Pó	4022
NCM	Licores	22087000
NCM	Madeira	4403
NCM	Medicamentos	30030000
ANP	Óleo Diesel Interior (B) Aditivado	420101002
ANP	Óleo Diesel Interior (B) Comum	420101001
ANP	Óleo Diesel Interior (B) fora de especificação	420101003
ANP	Óleo Diesel Interior Aditivado - Enxofre 2000 ppm	420101005
ANP	Óleo Diesel Interior Comum - Enxofre 2000 ppm	420101004
ANP	Óleo Diesel Interior fora de especificação	420101003
ANP	Óleo Diesel Metropolitano (D) Aditivado	420102002
ANP	Óleo Diesel Metropolitano (D) Comum	420102001
ANP	Óleo Diesel Metropolitano (D) fora de especificação	420102003

ANP	Óleo Diesel Metropolitano Aditivado - Enxofre 500 ppm	420102005
ANP	Óleo Diesel Metropolitano Comum - Enxofre 500 ppm	420102004
ANP	Óleo Diesel Metropolitano fora de especificação	420102003
ANP	Óleo Diesel S500 Aditivado	420103002
ANP	Óleo Diesel S500 Comum	420103001
ANP	Óleo Diesel S500 fora de especificação	420103003
NCM	Outras Bebidas Alcoólicas	22089001
ANP	Outras Gasolinas Automotivas	320103002
NCM	Refrigerante	22021000
NCM	Solventes	38140000
NCM	Tecidos	50079000
NCM	Vinhos	22041090
NCM	Vodka	22086000
NCM	Whisky	22083020

Anexo II – Modelo de Impressão do PFI – retrato

Autenticação Mecânica _____ Linha digitável: 140000132007639			
			
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS - SECRETARIA DA FAZENDA			Nº AL000013/2007-63
SISTEMA DE CONTROLE INTERESTADUAL DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO			
PASSE FISCAL INTERESTADUAL PROTOCOLO ICMS 10/03			Situação Em Trânsito
IDENTIFICAÇÃO DO TRANSPORTADOR			
NOME DO TRANSPORTADOR (MOTORISTA) FULANO DE TAL		CPF 987.654.321-00	
PLACA PRINCIPAL/UF ABC1234 / AL	PLACA DO REBOQUE/UF ABC5678 / AL	PLACA DO REBOQUE/UF ABC5678 / AL	
CNPJ TRANSPORTADORA 98.765.432/0001-10	RAZÃO SOCIAL DA TRANSPORTADORA TRANSPORTADORA PAPALEGUAS		
IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO EMITENTE			
UF EMITENTE ALAGOAS	REPARTIÇÃO FISCAL EMITENTE CENTRAL AÇUCAREIRA S/A	DATA 09/01/2007	HORA 15:31:00
DOCUMENTAÇÃO FISCAL E MERCADORIAS			
N. FISCAL	EMITENTE	DESTINATÁRIO	
1000	AL 12.345.678/0001-10 CENTRAL AÇUCAREIRA S/A	SE 45.876.123/0001-99 POSTO TABAJARA LTDA	
Item 1	Álcool Hidratado	1000 (Litro)	1.000,00
Item 2	Álcool Anidro	100 (Litro)	10.000,00
		Peso Total da Carga: 1000 Kg	Valor Total das Mercadorias: 11.000,00
1000	AL 12.345.678/0001-10 CENTRAL AÇUCAREIRA S/A	SE 45.876.123/0001-99 POSTO TABAJARA LTDA	
Item 2	Álcool Anidro	600 (Litro)	6.000,00
Item 1	Álcool Hidratado	800 (Litro)	1.050,00
		Peso Total da Carga: 800 Kg	Valor Total das Mercadorias: 7.050,00
		Valor Total do Passe: 18.050,00	
OBSERVAÇÕES:			



TERMO DE DEPÓSITO

Com a lavratura do presente Termo de Depósito, o transportador e os responsáveis solidários qualificados neste Passe Fiscal Interestadual são nomeados fiéis depositários das mercadorias relacionadas neste documento, ficando os mesmos responsáveis pela guarda das mercadorias perante todas as Secretarias de Fazenda das Unidades Federadas do trajeto e entrega das mesmas aos contribuintes das Unidades Federadas de destino especificadas nas documentações fiscais, bem como pela solicitação da baixa desse termo, no primeiro posto de entrada da Unidade Federada de destino final das mercadorias.

Caso não seja comprovada a entrada das mercadorias na Unidade Federada do destino final, após o prazo de 30 dias, a Unidade Federada poderá efetuar o lançamento de ofício, nos termos da Cláusula Sexta do Protocolo ICMS 10/2003, ficando os fiéis depositários, qualificados neste documento, responsáveis pelo pagamento do imposto e da multa, conforme a legislação da respectiva Unidade Federada.

09/01/2007

FULANO DE TAL

Data

Nome do Depositário por Extenso (Transportador)

Assinatura

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

NOME DO SERVIDOR

JOAO JOSE DA SILVA

MATRÍCULA

USINA

ASSINATURA

REGISTROS DE PASSAGEM NAS UNIDADES FEDERADAS DO PERCURSO

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS - SECRETARIA DA FAZENDA

Nº AL000013/2007-63

SISTEMA DE CONTROLE INTERESTADUAL DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO

UF	DATA	HORA	REPARTIÇÃO FISCAL (PF)	AUTENTICAÇÃO
MATRÍCULA DO SERVIDOR:			ASSINATURA SOB CARIMBO	
NOME DO SERVIDOR POR EXTENSO				
ENDEREÇO IP DA PASSAGEM:				

UF	DATA	HORA	REPARTIÇÃO FISCAL (PF)	AUTENTICAÇÃO
MATRÍCULA DO SERVIDOR:			ASSINATURA SOB CARIMBO	
NOME DO SERVIDOR POR EXTENSO				
ENDEREÇO IP DA PASSAGEM:				

REGISTRO DE BAIXA NA UNIDADE FEDERADA DE DESTINO DAS MERCADORIAS (SE)

Data		Nome do Depositário por Extenso (Transportador)		Assinatura		
REPARTIÇÃO FISCAL	DATA	HORA	AUTENTICAÇÃO			
MATRÍCULA DO SERVIDOR:			ASSINATURA SOB CARIMBO			
NOME DO SERVIDOR POR EXTENSO						
ENDEREÇO IP DA BAIXA:						



Anexo III – Web Services disponíveis

Ambiente de homologação:

- WSPFContribuinteTesteAutenticado
<http://200.141.128.77/WSPFContribuinteTesteAutenticado/WSPFContribuinteTesteAutenticado.asmx?wsdl>

Ambiente de produção:

- O endereço de produção deverá ser solicitado ao gestor do SCIMT ou da área de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito na Secretaria de Fazenda de seu estado.

A documentação do WSDL pode ser obtida na internet acessando o endereço do Web Service desejado.

Exemplificando, para obter o WSDL de cada um dos Web Service acione o navegador Web (Internet Explorer, por exemplo) e digite o endereço desejado seguido do literal '?WSDL'.

Anexo IV – Projeto Piloto do PFI-e

O Projeto Piloto do Passe Fiscal Interestadual Eletrônico foi desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão e Sergipe, e teve início no estado de Alagoas, com as seguintes empresas:

- Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas – CRPAAA
- Industrial Porto Rico S.A.
- Usina Triunfo S.A.
- Usina Cansanção de Sinimbú S.A.
- Usina Santa Clotilde S.A.
- Destilaria Autônoma Porto Alegre Ltda
- Penedo Agro Industrial – PAISA